Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.08, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3839

PRESCRIÇÃO DE MEDICAMENTOS POR ENFERMEIROS: IMPACTOS NA QUALIDADE DO CUIDADO E EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

PRESCRIPTION OF MEDICATIONS BY NURSES: IMPACTS ON THE QUALITY OF CARE AND HEALTHCARE SERVICE EFFICIENCY

Israel Paulino Costa Junior
Bacharel em Enfermagem, Centro Universitário Una de Bom Despacho, Brasil
E-mail: israelpcjunior@icloud.com

Aline Santos Sales
Bacharela em Enfermagem, Faculdade de Enfermagem Nova Esperança, Brasil
E-mail: alinea@outlook.com

Humberto Silva Bezerra
Especialista em Auditoria, Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos, Brasil
E-mail: enf.huuuuuumberto@gmail.com

Alex Valcimar da Silva
Bacharelando em Enfermagem, Faculdade Anhanguera, Brasil
E-mail: alexvalcimar@hotmail.com

Luís Paulo Sant'Ana
Mestre em Biologia Animal, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil
E-mail: luis.ana@educacao.mg.gov.br

Recebido: 16/04/2025 – Aceito: 29/04/2025

Resumo

O Sistema Único de Saúde (SUS) enfrenta desafios significativos relacionados à sobrecarga dos serviços e à escassez de profissionais médicos, especialmente na Atenção Primária. Nesse contexto, a atuação do enfermeiro, incluindo a consulta de enfermagem e a prescrição de medicamentos, surge como uma estratégia para ampliar o acesso, promover resolutividade e melhorar a eficiência dos serviços. O objetivo deste estudo foi avaliar a eficácia da prescrição de medicamentos realizada por enfermeiros e seu impacto na qualidade do cuidado e na eficiência do SUS. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, conduzida com base nas diretrizes PRISMA e utilizando as bases BVS e SciELO, com foco em estudos publicados entre 2005 e 2025, em língua portuguesa. Foram inicialmente identificados 7.096 estudos, dos quais apenas 7 atenderam a todos os critérios de inclusão. Os resultados apontam que a prescrição por enfermeiros é uma prática respaldada por dispositivos legais e protocolos clínicos, contribuindo para a ampliação do acesso, maior autonomia profissional, redução da demanda médica e melhora na continuidade do cuidado. Apesar disso, ainda há desafios como a insegurança de alguns profissionais, resistência de outras categorias e limitações na formação e no suporte institucional. Conclui-se que a prescrição de medicamentos por enfermeiros é uma prática eficaz, que fortalece a Atenção Primária e contribui para um SUS mais eficiente e equitativo. Reforça-se a necessidade de investimentos em capacitação, regulamentação adequada e estudos adicionais que aprofundem seus impactos na prática assistencial.

Palavras-chave: Enfermagem; Prescrição de Medicamentos; Sistema Único de Saúde; Prática Avançada de Enfermagem; Autonomia Profissional.

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.08, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3839

Abstract

The Brazilian Unified Health System (SUS) faces significant challenges related to service overload and the shortage of medical professionals, especially in Primary Health Care. In this context, the role of nurses, including nursing consultations and medication prescription, emerges as a strategy to expand access, improve problem-solving capacity, and enhance service efficiency. This study aimed to evaluate the effectiveness of medication prescription by nurses and its impact on care quality and SUS efficiency. It is an integrative literature review conducted according to PRISMA guidelines and based on studies from the BVS and SciELO databases, focusing on publications from 2005 to 2025, in Portuguese. A total of 7,096 studies were initially identified, of which only 7 met all inclusion criteria. The findings suggest that nurse-led prescription is a legally supported practice based on clinical protocols, contributing to increased access, greater professional autonomy, reduced medical demand, and improved continuity of care. However, challenges remain, such as professional insecurity, resistance from other health professionals, and limitations in training and institutional support. It is concluded that medication prescription by nurses is an effective practice that strengthens Primary Health Care and contributes to a more efficient and equitable SUS. Investment in training, appropriate regulation, and further studies on its practical impact are essential.

Keywords: Nursing; Drug Prescription; Unified Health System; Advanced Practice Nursing; Professional Autonomy.

1. Introdução

O Sistema Único de Saúde (SUS) enfrenta desafios significativos diante da alta demanda por atendimentos, especialmente nas unidades de atenção primária e de pronto atendimento. Esse cenário, combinado com a escassez de recursos humanos e materiais, compromete a qualidade da assistência e dificulta a eficiência dos serviços prestados à população (Machado, 2024).

Um dos principais obstáculos é a desigualdade na distribuição de profissionais da saúde, em especial os médicos, que limita o acesso da população a cuidados essenciais e sobrecarrega determinadas unidades de atendimento (Machado, 2024). Dados do CREMEB (2023) revelam que a região Sudeste concentra 53% dos médicos, embora abrigue 42% da população brasileira, enquanto o Norte conta com apenas 4,6% desses profissionais para atender 8,8% dos habitantes. Essa disparidade compromete não apenas os desfechos clínicos, mas também afeta o bem-estar físico e emocional dos profissionais de saúde, que atuam, muitas vezes, sob condições de trabalho extenuantes (Paparelli; Sato; Oliveira, 2011).

Diante desse cenário, trona-se urgente repensar a estruturação dos serviços de saúde, visando uma redistribuição mais equitativa das demandas entre os distintos níveis de atenção. Nesse processo, a enfermagem exerce um papel

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3839

essencial, especialmente na atenção primária, atuando tanto na promoção da saúde quanto no acompanhamento de condições crônicas. A consulta de enfermagem, por exemplo, contribui significativamente para a detecção precoce de problemas de saúde, aumentando a efetividade e a qualidade do atendimento (Galavote *et al*., 2016).

A atuação autônoma do enfermeiro, respaldada pelo SUS e regulamentada por dispositivos legais, amplia o acesso da população aos serviços de saúde, sobretudo em regiões remotas ou socialmente vulneráveis. Nessas realidades, os enfermeiros assumem responsabilidades estratégicas para mitigar a carência de médicos, promovendo um cuidado mais humanizado e resolutivo (Cardoso *et al*., 2018).

Com a Resolução COFEN nº 564/2017, houve um importante avanço profissional ao se autorizar que enfermeiros realizem prescrições farmacológicas com base em protocolos clínicos, garantindo segurança e respaldo legal (Conselho Federal de Enfermagem, 2017). Essa regulamentação agiliza os atendimentos e otimiza os recursos humanos, reduzindo a dependência exclusiva do médico em determinadas situações.

Além de fortalecer o protagonismo da enfermagem, a autonomia na prescrição favorece a integralidade do cuidado e contribui para o aprimoramento do SUS, sobretudo em contextos de difícil provimento médico. Essa prática promove a continuidade do atendimento e melhora a capacidade de resposta dos serviços às necessidades reais da população (Martiniano *et al.,* 2015).

Dessa forma, destaca-se a importância de investigar estratégias que não apenas reorganizem os processos de cuidado em saúde, mas que também gerem impactos concretos na qualidade do atendimento. A prescrição de medicamentos por enfermeiros, quando pautada em protocolos e amparada por normativas legais, revela-se uma prática promissora. Assim, este estudo tem como objetivo avaliar a eficácia da prescrição de medicamentos realizada por enfermeiros e seu impacto na qualidade do cuidado e na eficiência do SUS.

2. Metodologia

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, método que permite reunir,

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3839

analisar e sintetizar os conhecimentos disponíveis sobre o tema, oferecendo uma base sólida para reflexões e aprimoramentos nas práticas de saúde. A coleta dos dados foi realizada no mês de abril de 2025. Por se tratar de uma pesquisa com dados secundários de domínio público, sem envolvimento direto de seres humanos, não foi necessária a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme estabelece a Resolução CNS nº 510/2016 (Mendes; Silveira; Galvão, 2008).

Para a realização desta revisão, foram selecionadas como fontes de dados a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). A PubMed, embora amplamente reconhecida, foi deliberadamente excluída por ter foco predominante em estudos de contextos internacionais. Considerando que o objetivo deste estudo está centrado na prescrição de medicamentos por enfermeiros no contexto do SUS e da legislação brasileira, optou-se por priorizar bases com maior representatividade de publicações nacionais e em língua portuguesa.

Foram utilizados os seguintes descritores, combinados com o operador booleano *AND*: ("Prescrição de Medicamentos") *AND* ("Enfermagem"). A combinação de descritores foi realizada para maximizar a abrangência e a especificidade das publicações encontradas, garantindo que os estudos selecionados fossem pertinentes e adequados à questão investigada.

Foram incluídos estudos originais, revisões sistemáticas e artigos teóricos com respaldo científico que abordam a prescrição por enfermeiros, a consulta de enfermagem e a atuação desses profissionais no SUS, com ênfase no contexto brasileiro. Inicialmente, foi definido um recorte temporal de 10 anos; entretanto, diante da escassez de produções diretamente relacionadas ao tema, optou-se por ampliar o período para os últimos 20 anos, abrangendo publicações de 2005 a 2025.

Por outro lado, foram excluídos os estudos que não apresentavam caráter científico, como relatos de experiência sem embasamento teórico ou metodológico, comentários, editoriais e artigos de opinião desprovidos de dados empíricos. Também foram descartadas publicações em idiomas diferentes do português, considerando que o foco da análise está no sistema de saúde brasileiro. Por fim,

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3839

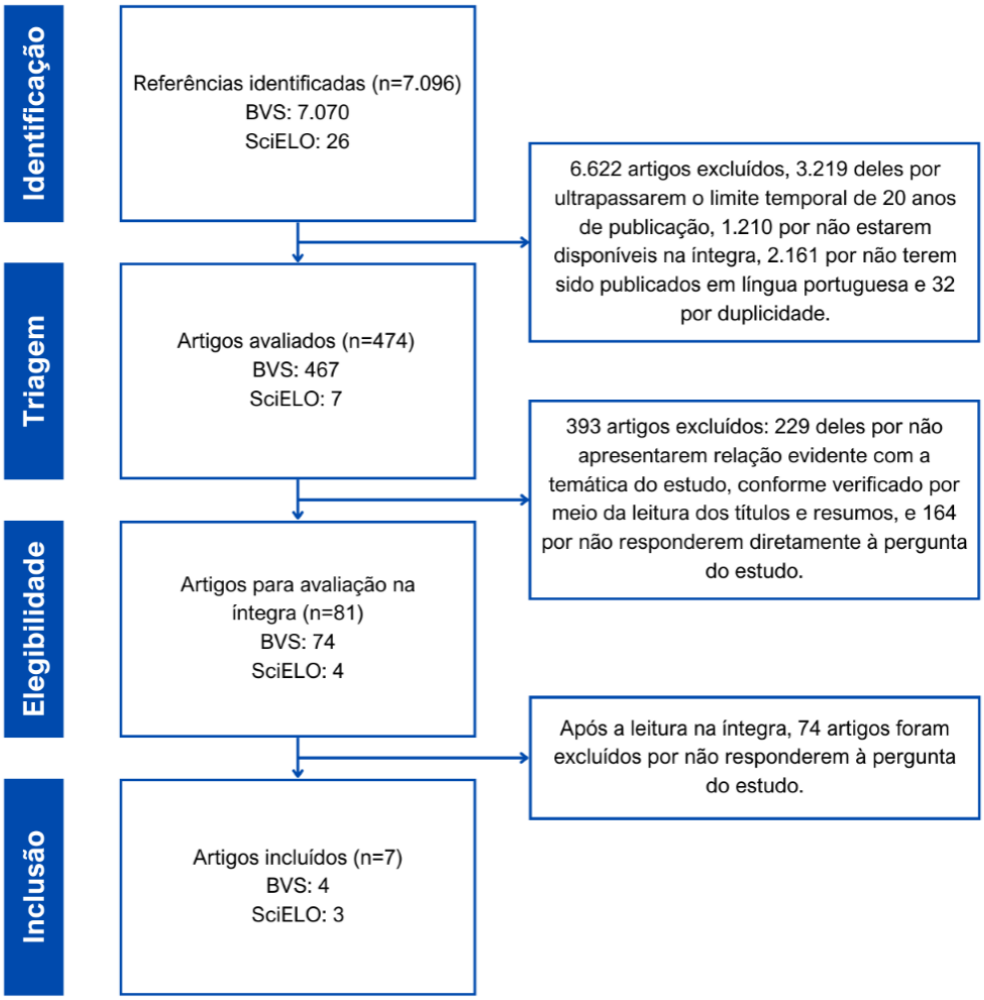
foram desconsiderados artigos não disponíveis na íntegra ou que tenham sido publicados antes de 2005.

A estratégia PICo foi utilizada para estruturar a pergunta de pesquisa e guiar a revisão. Nela, a população (P) refere-se aos enfermeiros do SUS; o interesse (I) está na prescrição de medicamentos por enfermeiros; e o desfecho (Co) corresponde à eficácia da prescrição e eficiência nos serviços de saúde. Essa abordagem ajudou a definir uma pergunta clara e objetiva, alinhada aos objetivos do estudo, sendo ela: Qual é a eficácia da prescrição de enfermagem e como ela contribui para a continuidade do cuidado e a eficiência dos serviços de saúde? (Santos; Pimenta; Nobre, 2007).

A seleção dos estudos foi conduzida de acordo com as diretrizes do P*referred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA), sendo estruturada em quatro etapas essenciais: identificação, triagem, elegibilidade e inclusão. Durante a fase de extração de dados, as diretrizes do PRISMA continuaram a ser rigorosamente seguidas. Nesta etapa, foram analisados aspectos centrais de cada estudo, como objetivo, metodologia, principais achados e o nível de evidência apresentado (Page *et al.*, 2020). Para uma representação visual desse processo, verifique a Figura 1.

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.08, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3839

Figura 1: Fluxograma do processo de seleção dos artigos conforme as diretrizes PRISMA.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Para classificar os estudos incluídos nesta revisão, adotaram-se os níveis de evidência delineados por Melnyk e Fineout-Overholt (2011). Esta hierarquia organiza as evidências científicas de maneira sistemática, organizando-as da seguinte forma: Nível I: evidência obtida a partir de revisões sistemáticas ou meta-análises de ensaios clínicos randomizados; Nível II: evidência proveniente de, pelo menos, um ensaio clínico randomizado; Nível III: ensaios clínicos sem randomização (quase-experimentais); Nível IV: estudos de coorte, caso-controle ou estudos longitudinais; Nível V: evidência obtida de revisão sistemática de estudos descritivos ou qualitativos; Nível VI: evidência proveniente de estudos descritivos ou qualitativos isolados; Nível VII: opinião de autoridades ou relatos de

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3839

comitês de especialistas.

3. Resultados

Na fase de identificação, foram localizadas 7.096 referências, sendo 7.070 provenientes da BVS e 26 da SciELO. Destas, 6.622 artigos foram excluídos por não atenderem aos critérios previamente definidos: 3.219 por ultrapassarem o limite temporal de 20 anos de publicação, 1.210 por não estarem disponíveis na íntegra, 2.161 por não estarem publicados em língua portuguesa e 32 por duplicidade. Na etapa de triagem, restaram 474 artigos para avaliação inicial, com 467 oriundos da BVS e 7 da SciELO. A leitura dos títulos e resumos levou à exclusão de 393 artigos — dos quais 229 não apresentavam relação direta com a temática proposta e 164 não respondiam à pergunta norteadora do estudo.

Em seguida, na fase de elegibilidade, foram selecionados 81 artigos para leitura na íntegra (74 da BVS e 4 da SciELO). Após essa leitura criteriosa, 74 artigos foram excluídos por não responderem de forma adequada à pergunta de pesquisa. Finalmente, na etapa de inclusão, apenas 7 artigos foram considerados aptos a compor a amostra final da revisão integrativa, sendo 4 provenientes da BVS e 3 da SciELO. A seguir, apresenta-se o quadro resumo dos estudos incluídos nesta revisão.

Quadro 1: Resumo dos estudos incluídos nesta revisão.

Autor / Ano	Objetivo da Pesquisa	Nível de evidência
FERNANDES, Maria Neyrian de Fátima; LOPES, Keith Suelen de Moura; ROCHA, Fabrício Augusto Chaves. (2016)	Conhecer a percepção dos enfermeiros sobre a prescrição de medicamentos realizada pela categoria na Estratégia Saúde da Família de um município no Maranhão.	Nível VI: evidência proveniente de estudos descritivos ou qualitativos isolados.
VASCONCELOS, Renata Borges de; ARAÚJO, Janieiry Lima de. (2013)	Discutir os limites e possibilidades da prática da prescrição de medicamentos pelos enfermeiros na Estratégia Saúde da Família.	Nível VI: evidência proveniente de estudo qualitativo isolado.
VERSA, Gelena Lucinéia Gomes da Silva *et al*. (2012)	Avaliar a qualidade das prescrições de enfermagem em dois hospitais de ensino público, considerando sua adequação às necessidades dos pacientes e os padrões técnicos estabelecidos.	Nível IV: estudo transversal multicêntrico (estudo de coorte observacional).

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3839

SILVA, Maria Valéria Beserra Cosme da *et al.* (2021)	Investigar se há previsão para o desenvolvimento de competências para prescrição de medicamentos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Enfermagem de instituições públicas e privadas de Campina Grande – PB.	Nível VI: estudo qualitativo descritivo e documental isolado.
OGUISSO, Taka; FREITAS, Genival Fernandes de. (2007)	Descrever como a prescrição de medicamentos por enfermeiros é realizada em alguns países e refletir sobre a legislação brasileira do exercício profissional de enfermagem quanto a essa prática.	Nível VII – Opinião de autoridades ou relatos de comitês de especialistas.
NETO, Francisco Rosemiro Guimarães Ximenes *et al*. (2007)	Analisar a percepção dos enfermeiros da Estratégia Saúde da Família sobre sua prática de prescrição medicamentosa e sobre a regulamentação dessa ação no município de Sobral – CE.	Nível VI – Estudo qualitativo com técnica de grupo focal.
NASCIMENTO, Wezila Gonçalves do *et al*. (2018)	Realizar um estudo documental sobre as normativas, diretrizes, políticas e respaldo institucional do enfermeiro para a prescrição de medicamentos e solicitação de exames com vistas à prática avançada no âmbito da Atenção Primária à Saúde.	Nível VI: evidência proveniente de estudos descritivos ou qualitativos isolados.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

4. Discussão

A prescrição de medicamentos por enfermeiros, principalmente no âmbito da Estratégia Saúde da Família (ESF), configura-se como uma prática eficaz e estratégica para ampliar o acesso da população aos cuidados de saúde. Amparada por dispositivos legais como a Lei nº 7.498/1986 e o Decreto nº 94.406/1987, e apoiada por protocolos do Ministério da Saúde, essa prática contribui diretamente para a eficiência da Atenção Primária à Saúde (Oguisso; Freitas; 2007).

Essa prática se revela particularmente importante em regiões marcadas pela escassez de médicos, pois está associada ao aumento da acessibilidade aos serviços e à continuidade do cuidado, favorecendo um modelo de saúde mais

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3839

equitativo e centrado no paciente (Nascimento *et al.*, 2018). Ao assumir esse papel, o enfermeiro também ganha maior autonomia e protagonismo dentro das equipes multiprofissionais (Neto *et al.*, 2007).

Apesar dos avanços, ainda existem desafios a serem superados. Muitos profissionais relatam insegurança no momento de prescrever, motivada pela ausência de suporte institucional, pela inadequação de alguns protocolos à realidade local e pela resistência de outros membros da equipe de saúde, como os médicos, que por vezes questionam a legitimidade dessa prática (Vasconcelos; Araújo, 2013). Este cenário evidencia a necessidade de uma articulação mais efetiva entre gestores, entidades de classe e profissionais da área, com vistas a assegurar que a prescrição ocorre dentro de parâmetros éticos, técnicos e legais bem definidos.

Em termos de qualidade técnica, um estudo multicêntrico conduzido em hospitais de ensino revelou que 82,8% das prescrições de enfermagem foram classificadas como corretas e adequadas, 11,8% foram classificadas como inadequadas e 3,9% como incompletas (Versa *et al.*, 2012). Esses dados indicam um panorama positivo, mas também ressaltam a importância da educação continuada e da padronização das práticas como estratégias para garantir a segurança e a eficácia das ações de prescrição (Silva *et al.*, 2021).

No contexto global, países como o Reino Unido, Austrália e Canadá demostram que a prescrição por enfermeiros, quando devidamente regulamentada, promove maior satisfação dos pacientes, otimiza a eficácia dos serviços e possibilita um uso mais eficiente dos recursos de saúde (Oguisso; Freitas, 2007). Esses resultados reforçam o potencial da prática prescritiva no Brasil como instrumento de transformação e qualificação do cuidado em saúde.

Dessa forma, fortalecer a prescrição por enfermeiros no país não apenas amplia o acesso aos serviços de saúde, como também contribui para a consolidação de um modelo de saúde mais resolutivo, eficiente e centrado nas reais necessidades da população (Fernandes; Lopes; Rocha, 2016).

5. Considerações Finais

As considerações finais deste estudo refletem a importância do tema,

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.3839

especialmente em um momento em que a demanda por serviços de saúde só aumenta e a eficiência no atendimento se torna cada vez mais necessária. No entanto, é importante reconhecer que a realização deste estudo não foi fácil e trouxe à tona algumas limitações significativas.

Um dos maiores desafios foi a escassez de pesquisas que abordassem especificamente a prescrição de medicamentos feita por enfermeiros. Apesar de haver uma vasta literatura sobre a atuação da enfermagem, a pesquisa focada na prescrição farmacológica ainda é bastante limitada. Isso dificultou a construção de uma análise mais completa e robusta sobre o tema.

Além disso, ao optar por priorizar publicações em português e que se referissem ao contexto brasileiro, acabamos restringindo o número de fontes disponíveis. Essa escolha pode ter levado a uma visão menos abrangente do que poderia ser explorado. Também notamos que a qualidade das evidências nos estudos selecionados variou, o que pode ter influenciado a interpretação dos resultados e a generalização das conclusões.

Para que possamos avançar na compreensão dessa prática, é fundamental que novas pesquisas ampliem o escopo de investigação. Pesquisas qualitativas que capturem a experiência e as percepções dos enfermeiros seriam extremamente valiosas. Além disso, investigar a eficácia dos protocolos existentes e sua adequação à realidade local pode contribuir para a melhoria das práticas de prescrição.

Adicionalmente, comparações com experiências internacionais podem levar boas práticas a serem adaptadas ao contexto nacional. Investigações sobre o impacto de programas de capacitação e educação continuada também são fundamentais, pois ajudam a traçar estratégias que garantam a segurança e a qualidade das intervenções realizadas pelos profissionais.

Em resumo, a prescrição de medicamentos por enfermeiros representa uma oportunidade significativa para melhorar a eficiência e a qualidade dos serviços de saúde no SUS. Contudo, a falta de estudos específicos sobre o tema ressalta a necessidade de mais investigações que abordem essa prática de forma abrangente e contextualizada. O desenvolvimento contínuo de pesquisas nessa área é essencial para fortalecer a autonomia dos enfermeiros e promover um

modelo de saúde mais justo e eficaz, que atenda de fato às necessidades da população.

Referências

MACHADO, Cristiani Vieira**.** Democracia, cidadania e saúde no Brasil: desafios para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS). **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 7, e02192024, jul. 2024. DOI: https://dx.doi.org/10.1590/1413-81232024297.02192024.

CREMEB. **Demografia Médica 2023**: Brasil possui médicos em quantidade suficiente para atender demandas da população. Salvador: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia, 2023. Disponível em: https://www.cremeb.org.br/index.php/noticias/brasil-possui-medicos-em-quantidade-suficiente-para-atender-demandas-da-populacao. Acesso em: 27 mar. 2025.

PAPARELLI, Renata; SATO, Leny; OLIVEIRA, Fábio de. A saúde mental relacionada ao trabalho e os desafios aos profissionais da saúde. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 36, n. 123, e20110011, jun. 2011. DOI: https://dx.doi.org/10.1590/S0303-76572011000100011.

GALAVOTE, Heletícia Scabelo *et al*. O trabalho do enfermeiro na atenção primária à saúde. **Esc Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 90–98, jan./mar. 2016. DOI: https://dx.doi.org/10.5935/1414-8145.20160013.

CARDOSO, Aline Costa *et al*. Desafios e potencialidades do trabalho de enfermagem em Consultório na Rua. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 26, e3045, 2018. DOI: https://dx.doi.org/10.1590/1518-8345.2323.3045.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). **Resolução COFEN nº 564, de 6 de novembro de 2017**. Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 dez. 2017. Disponível em: https://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017. Acesso em: 11 abr. 2025.

MARTINIANO, Claudia Santos *et al*. Legalização da prescrição de medicamentos pelo enfermeiro no Brasil: história, tendências e desafios. **Texto & Contexto – Enfermagem**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 809–817, jul./set. 2015. DOI: https://dx.doi.org/10.1590/0104-07072015001720014.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem, São Paulo**, v. 20, n. 2, p. 5–6, jun. 2007. DOI: https://dx.doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001.

SANTOS, Cristina Mamédio da Costa; PIMENTA, Cibele Andrucioli de Mattos; NOBRE, Moacyr Roberto Cuce. A estratégia PICO para a construção da pergunta de pesquisa e busca de evidências. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 15, n. 3, p. 508–511, maio/jun. 2007. DOI: https://dx.doi.org/10.1590/S0104-11692007000300023.

PAGE, Matthew J. *et al*. A declaração PRISMA 2020: diretriz atualizada para relatar revisões sistemáticas. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 31, n. 2, e2022107, 2022. DOI: http://dx.doi.org/10.5123/S1679-49742022000200033.

MENDES, Kátia de Souza; SILVEIRA, Rosângela de Carvalho Pimenta; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto – Enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758–764, 2008. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018.

MELNYK, Bernadette Mazurek; FINEOUT-OVERHOLT, Ellen. **Evidence-based practice in nursing & healthcare: a guide to best practice**. 3. ed. Philadelphia: Wolters Kluwer Health, 2015.

FERNANDES, Maria Neyrian de Fátima; LOPES, Keith Suelen de Moura; ROCHA, Fabrício Augusto Chaves. A prescrição de medicamentos na estratégia de saúde da família: percepção de enfermeiros. **Revista de Enfermagem da UFSM**, Santa Maria, v. 6, n. 3, p. 382–392, 2016. DOI: https://dx.doi.org/10.5902/2179769220713.

VASCONCELOS, Renata Borges de; ARAÚJO, Janieiry Lima de. A prescrição de medicamentos pelos enfermeiros na Estratégia Saúde da Família. **Cogitare Enfermagem**, Curitiba, v. 18, n. 4, p. 761–768, 2013. DOI: https://dx.doi.org/10.5380/ce.v18i4.34931.

VERSA, Gláucia Lúcia *et al*. Avaliação da qualidade das prescrições de enfermagem em hospitais de ensino público. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 33, n. 2, p. 106–113, 2012. DOI: https://dx.doi.org/10.1590/S1983-14472012000200006.

OGUISSO, Taka; FREITAS, Genival Fernandes de. Enfermeiros prescrevendo medicamentos: possibilidades e perspectivas. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, DF, v. 60, n. 2, p. 182–186, abr. 2007. DOI: https://dx.doi.org/10.1590/S0034-71672007000200003.

NETO, Francisco Rogerlândio Ximenes *et al*. Olhares dos enfermeiros acerca de seu processo de trabalho na prescrição de medicamentos na Estratégia Saúde da Família. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, DF, v. 60, n. 2, p. 182–186, abr. 2007. DOI: https://dx.doi.org/10.1590/S0034-71672007000200002.

NASCIMENTO, Wezila Gonçalves do *et al*. Prescrição de medicamentos e exames por enfermeiros: contribuições à prática avançada e transformação do cuidado. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 26, e3062, 2018. DOI: https://dx.doi.org/10.1590/1518-8345.2423-3062.

SILVA, Maria Valéria Beserra Cosme da *et al*. Desenvolvimento de competências para prescrição de medicamentos na Atenção Primária na formação em enfermagem. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 12, e20039, 2021. DOI: https://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i12.20039.